



ACÓRDÃO Nº 257/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11807/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea - LÁBREA PREV.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Rosifran Batista Nunes (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8075/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea - LÁBREA PREV. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Alcance. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** as Contas do **Sr. Rosifran Batista Nunes**, Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea – LABREA PREV, referente ao exercício de 2018, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea “b” da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM c/c 188, inciso II; §1º, inciso III, alínea “b”, estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, em razão das impropriedades consideradas não sanadas;
- 10.2. **Aplicar Multa** no valor de **R\$ 20.481,60** ao **Sr. Rosifran Batista Nunes**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do artigo 54, inciso I, alínea “a”, da LOTCE/AM, em razão da ausência de



ACÓRDÃO Nº 257/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

envio dos balancetes referentes às competências de janeiro a dezembro de 2018.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa** no valor de **R\$ 14.000,00** ao **Sr. Rosifran Batista Nunes**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do artigo 54, inciso VI, da LOTCE/AM, por graves infrações às normas legais, em razão das impropriedades: ausência de cobrança das diferenças a recolher das contribuições patronal e dos servidores da Prefeitura de Lábrea; ausência de cobrança de juros e correção monetária dos recolhimentos em atraso das contribuições previdenciárias; recebimento de contribuições previdenciárias por documentos inadequados; ausência de implementação do plano de custeio constante da avaliação atuarial de 2015; ausência de registro de depreciação dos bens móveis no balanço patrimonial; notas explicativas sem o detalhamento necessário/adequado para a perfeita compreensão das demonstrações contábeis; ausência de inventário analítico de bens móveis e imóveis; desatualização de livro tombo; execução de despesas sem comprovação; (ofensas à Constituição Federal de 1988, à Lei Nacional nº 4.320/1964, à Lei Federal nº 8.666/1993, à Lei Municipal nº 274/2005, à ON do MPS nº 02/2009 e à NBC T 16.6).

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Considerar em Alcance** o **Sr. Rosifran Batista Nunes**, no valor de **R\$ 215.228,00**, que devem ser devidamente corrigidos e atualizados monetariamente nos termos do art. 25, caput, da Lei Orgânica deste TCE/AM c/c art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, na esfera Municipal para o órgão **Instituto de Previdência dos**



ACÓRDÃO Nº 257/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Servidores Públicos de Lábrea - LÁBREA PREV decorrente da execução de despesas sem comprovação;

10.5. Dar ciência da presente decisão ao **Ministério Público do Estado do Amazonas**, encaminhando-lhe cópia da Proposta de Voto, para providências que entender cabíveis;

10.6. Dar ciência ao Sr. **Rosifran Batista Nunes** da presente decisão.

11- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Março de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral